

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado, que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da palestra proferida ontem, pelo general José Campos de Aragão, comandante da 5ª. Região Militar, pronunciada por uma cadeia de televisão de Curitiba, em comemoração a passagem do sexto ano da Revolução.

A citada palestra alcançou intensa repercussão entre o nosso povo, pela sua objetividade e pela maneira com que examinou a obra dos governos revolucionários. Por ser um documento que consideramos do mais alto valor, principalmente no que diz respeito à sua apreciação mais profunda, no futuro, solicitamos a sua inserção nos Anais.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1970.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer a inserção em Ata de Voto de Regozijo pelo transcurso, em data de hoje, do 50.º aniversário do 5.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, desta Capital, tradicional estabelecimento militar que nessas duas décadas tem proporcionado uma excelente reserva para as Forças Armadas e que representa comumente indispensável a segurança nacional.

Atualmente, o 5.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado sob o comando do Capitão Zenon Silva Filho, da Arma de Cavalaria, pertencente a tradicional família paranaense, vem se constituindo como uma das unidades militares de escol da Guarnição de Curitiba, quer pela preparação dos recrutas, como também pela modernização que o brilhante oficial vem imprimindo à sua administração, a qual está hoje adaptada às mais modernas técnicas de instrução militar e estruturada a proporcionar melhores condições aos que lá têm oportunidade de prestar serviço.

Requer, ainda, que se dê ciência da decisão do nobre Plenário ao Comando do 5.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1970.

(a) Jorge Sato

O SR. PRESIDENTE — Esta finda de leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Roberto Wypych.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Um fato auspicioso ocorreu por ocasião do recesso desta Casa de Leis, no decorrer do mês de março passado. No dia 18, estivemos no Palácio Iguaçu, em companhia dos srs. deputados: Arnaldo Busato, Roberto Galvani, Leopoldo Jacomet, Francisco Escorsin, Paulo Poli e Fuad Nacli, juntamente com os prefeitos de Guaira, sr. Kurt Walter Hasper; de Toledo, sr. Egon Puddel; de Marechal Cândido Rondon, sr. Dealmo Perche; de Terra Roxa do Oeste, sr. Vinícius T. Sobrinho; de Palotina, sr. João Bortolozzo e da Assis Chateaubriand, sr. Rudy Alvarez.

Pois bem, sr. Presidente, naquele dia, acompanhados do dr. Eurides Mascarenhas Ribas, fomos à presença de S. Exa. o sr. governador Paulo Pimentel e lá, em conjunto, reivindicamos a pavimentação da BR-467, que liga Cascavel-Toledo a Guaira.

A união de todos esses homens públicos em torno da solução desse problema, que é da mais alta significação para os interesses e o desenvolvimento da região Oeste do Paraná, representa, como representou, uma atitude liderada pelos Deputados que lá estiveram presentes, todos representantes das diversas comunas que compõem aquela região.

Fomos juntos fazer a reivindicação daquela região, pois que entendemos que a estrada BR-467, rodovia federal, hoje delegada ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, constitui uma antiga reivindicação de todos os municípios componentes da região Oeste do Paraná.

Sr. Presidente, a pavimentação daquela rodovia representará o incremento do turismo para a cidade de Guaira, hoje estagnada pela falta de um melhor acesso.

Por outro lado, a BR-467 representará um verdadeiro desenvolvimento regional, proporcionando o escoamento de toda a produção agrícola, da produção e da pecuária e da produção industrial daquela região.

De maneira que hoje, assomamos à tribuna para que fique consignada, nos Anais desta Casa, a visita que fizemos a S. Exa. o sr. Governador do Estado, sr. Paulo Pimentel que, naquela oportunidade, disse as seguintes palavras: "Posso afirmar aos senhores que a rodovia BR-467 será iniciada dentro do meu Governo". Isto foi o que disse o sr. Governador à Comissão, naquela Casa do Poder Executivo.

Como um dos representantes do Oeste do Paraná, sentimos-nos honrados, são de Deputados e Prefeitos do Oeste paranaense, que participaram da reunião só em certas participações daquela Comissão, como também por sermos o portador da grande notícia que o sr. Governador nos propiciou, dando a certeza de que, ainda no atual Governo, a estrada BR-467 será implantada e terá a sua pavimentação iniciada.

Queremos, em nome de todos os srs. Prefeitos que se encontravam presentes, como também dos ilustres Deputados que nos acompanharam, deixar neste instante, patente a nossa gratidão pela promessa do sr. Governador que, temos certeza, se transformará em fremente realidade. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Pequeno Expediente, ao sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de ler o projeto que temos em mãos, gostaríamos de tecer alguns comentários em torno do mesmo.

O projeto é de iniciativa do eminente deputado Erondy Silvério e visa regulamentar, para as lideranças do MDB e da Arena, a distribuição de verbas para as despesas, eis que, anteriormente somente existiam verbas para a Comissão Executiva.

Achamos de relevante importância esta lei, porque as lideranças também têm seus gabinetes. Desta maneira, as lideranças ficarão legalmente apoiadas por este instrumento de lei, para fazer face ao excesso de despesas.

Este comentário se fazia necessário, em razão dos boatos desairosos havidos há dias passados. Com relação ao episódio que antecedeu a eleição da Mesa, nada mais houve do que um entendimento para a elaboração deste projeto.

Neste momento, sentimos-nos à vontade porquanto o deputado Erondy Silvério, como é do conhecimento de todos, já havia encaminhado a S.

Exa. o sr. Governador Paulo Pimentel o pedido de exoneração da liderança que, de maneira tão profícua, vinha exercendo nesta Casa.

Assim sendo, o projeto com relação a distribuição de uma verba para as despesas das lideranças é impossível, e tem a seguinte redação: (Lê-se):

Projeto de Resolução n. 2-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — A Comissão Executiva observará, quando da elaboração de Decreto Legislativo decorrendo do Orçamento Analítico, que se consigam dotações orçamentárias aos Gabinetes da Presidência, 1.ª Vice-Presidência, 2.ª Vice-Presidência, 1.ª Secretaria, 2.ª Secretaria, 3.ª Secretaria, 4.ª Secretaria e Lideranças partidárias, conforme proporção que estabelecerá, para os fins a que se refere a Lei de Meios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1970.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade da presente Resolução é sanar uma omissão que vem sendo verificada quanto ao exercício das funções, pelos Deputados na Mesa Diretora da Assembleia, e relativamente ao alcance político-representativo dos cargos não integrantes de Comissão Executiva.

O que existe, verdadeiramente é distorção interpretativa. E de se reconhecer que as funções de Presidente, especialmente, 1.º Secretário e 2.º Secretário, são de maior relevância que as funções de substituição, quais, sejam 1.ª e 2.ª Vice-Presidências e 3.ª e 4.ª Secretarias. Não obstante, os ocupantes desses cargos representam a Assembleia Legislativa, porque são seus dirigentes. A si estão, por conseguinte, reservados despesas de representação, não pessoal mas do cargo, apenas pelo seu exercício. É justo, legal, moral, e, sobretudo imperioso, que os Vices-Presidentes e os Secretários tenham um tratamento condizente com a importância dos cargos.

E as Lideranças?

O problema é ainda mais extenso, porque as responsabilidades dos líderes partidários abrangem todos os deputados das respectivas bancadas. Também, eles os líderes, têm no exercício da função um irrefutável sentido de representatividade, afirmação que, por si só, é um pleonismo. Ninguém representa tanto como o líder; ele representa, a um só tempo, povo e dirigentes. É de inteira justiça que se dotem as lideranças de verbas de representação.

"Ex positis", cremos que os nobres pares não se negarão a dar, opinião a esta iniciativa".

Portanto sr. Presidente, a minha presença na tribuna é pura, ao mesmo tempo em que faço este comentário, encaminhar a minha votação, favoravelmente a este Projeto. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Dois assuntos trazem-me à tribuna, neste instante, o primeiro deles: eu quero apresentar, já que não houve antes uma oportunidade, os meus agradecimentos sinceros à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que encorreu seu mandato a 30 do mês findo.

O sr. presidente Armando Queiroz de Moraes, o sr. 1.º secretário Jorge Sato e o sr. 2.º secretário José Alencar Furtado assumiram a direção desta Casa numa época difícil, talvez a mais difícil da História do Legislativo Paranaense.

O sr. Emílio Carazzini — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Evidentemente a mais difícil da História do Legislativo Paranaense. Neste Legislativo eu estou há 20 anos! V. Exa. foi feliz na expressão, foi a mais difícil e também uma das mais confortadas.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Houveram-se todos com muita saciedade, com muita prudência, que nos levaram felizes, até seu último dia.

Quero também, na oportunidade, formular os mais sinceros votos para que a recente Comissão Executiva composta pelos deputados Francisco Escorsin, Gabriel Mangel e Haroldo Bianchi, recebendo como devem receber a colaboração de todos os srs. Deputados — a qual nunca faltou à Mesa alguma — possam e possam todos transcorrer nestes últimos meses que nos restam, dentro de um ambiente o mais propício para a vida do Legislativo paranaense.

Sr. Presidente, srs. Deputados, passo agora a uma análise rápida da Mensagem do sr. governador Paulo Cruz Pimentel, lida no dia 31 do mês passado. Podemos dizer que o Paraná inteiro, aqui representado pelos seus ilustres Deputados e outras autoridades que aqui se encontravam, ouvir e assistiu a leitura daquele importante documento, que ficará por muitos e muitos anos, na história da administração pública paranaense. Foram várias e várias laudas lidas com entusiasmo, por quem com entusiasmo impulsionou o progresso do Estado do Paraná, e nós vimos e ouvimos da sua leitura, que o Banco do Estado do Paraná de 68 para cá aumentou em 50%, figurando totalmente como o quadro colocado entre os bancos oficiais de toda a Nação.

Nós, que viajamos sempre por este interior agora, há cinco anos atrás, não era no fundo do mar, mas em cidades importantes do nosso Estado, à noite, via-se aquela escuridão imensa e todos clamavam por energia elétrica. Agora, que nós caminhamos para o fim do atual Governo, dificilmente encontramos uma cidade sem luz, e mais do que isto, a energia elétrica, a força motriz está se encaminhando e já se encontra nos mais longínquos sertões da zona rural dando esperanças e animando esta zona que é o sustentáculo da economia paranaense vibrando aquela população, dando o impulso às indústrias ligadas às atividades da agricultura, para que indústria e agricultura unidas, possam aumentar, em ritmo geométrico a produção e a economia paranaense.

Há cinco anos atrás, quando se passava uma telegrama para Pato Branco, isso acontecia como várias vezes, este telegrama chegava em Cianópolis, de Cianópolis ia de ônibus para Pato Branco e assim, uma mensagem da Capital para o sudoeste paranaense levava, pelo menos, uma semana. Nem se pensava em telefone. Hoje, no entanto, nós podemos falar com Pato Branco em poucos minutos, com perfeita nitidez. Tudo isso, é motivo de satisfação para o Estado do Paraná inteiro. E o que diremos então, da programação efetiva no campo dos transportes? O que vimos na Mensagem, é a realidade que grita aos nossos olhos. Quando nos dirigimos para estas cidades do interior paranaense, ou mesmo para a cidade de Pato Branco, que levava de Irati de 10 a 12 horas, penosamente, hoje, o faz com satisfação em 3 horas e meia, porque está quase ligada a Pato Branco e Três Pinheiros. — Guaraqueçaba, aqui perto de Curitiba, cidade

centenário, de tradições gloriosas, mas lida completamente, sem qualquer esperança, vive ali um povo desiludido, um povo que já não acreditava mais nas tantas e tantas promessas que foram feitas, mas, numa linda manhã, a população de Guarapuava acordou com o rumor das máquinas que cortavam morros e e abriam picadas, era a estrada que chegava a Guarapuava, era a reedificação que chegava lá, era a esperança de novos horizontes. Quanto, através destas máquinas, nós vimos, também, Maringá ligada a Paranavai e Campo Mourão a BR-153, que é chamada "A Estrada de Integração Nacional", porque atravessa vários e vários Estados. No nosso Estado do Paraná ela entra em Irati, Jacareizinho e penetra pelo centro, pelo sul e vai em direção do Rio Grande do Sul. Esta estrada, no seu ponto mais difícil, no seu trecho mais complexo, na sua dimensão mais difícil de construir, está terminada. O asfalto está caminhando e dentro de pouco tempo, teremos a BR-153 chegando às proximidades de minha cidade, a cidade de Irati. A cidade de Irati, que aguardou tantos e tantos anos por esta rodovia, a rodovia que liga São Luiz do Purunã em Irati, a Relógio, com 62 quilômetros de Guarapuava a Curitiba e cuja estrada serve de segunda pista para a de Ponta Grossa-Curitiba. Assim como, a rodovia Bararã-Ponta Grossa, serve de segunda pista para a BR-116. Pois bem, esta rodovia já foi construída no Governo de Paulo Pimentel. Esta rodovia está sendo asfaltada no atual Governo.

E ainda no setor dos transportes verificamos a estrada de ferro Central do Paraná que parecia difícil a sua realização, hoje caminhamos a passos largos para a sua efetivação. No setor do saneamento, nós vimos que há poucos anos, no verão, até na Capital do Estado, faltava o precioso líquido às casas, aos apartamentos. Hoje esse problema já não existe em Curitiba, porque não existem também em 35 novas cidades, que contam com abastecimento de água, com 19 redes concluídas e 22 em elaboração. No setor da habitação, temos a Credimpar e a Cospar, fazendo brotar o PLADEP, que concede incentivo direto à indústria, num total de 133,1 milhões de cruzeiros novos.

No setor da habitação, temos a Credimpar e a Cospar, fazendo brotar da terra 5.239 unidades habitacionais. E, no campo de educação, podemos dizer que nenhum Governo fez tanto pela educação como o do governador Paulo Pimentel. Não se poderia falar em educação sem se melhorar o garbado daqueles que moldaram a educação, sem melhorar as condições financeiras, as condições de vida dos professores, dos mestres de todos os graus de ensino e por isso o governador Paulo Pimentel deu ao Paraná e ao magistério, o seu Estatuto. Deu o quadro próprio do magistério. Abriu concursos que há muitos anos não se abriam para os cursos primário e médio. Criou a Universidade de Ponta Grossa, a de Londrina e a de Maringá. E quantos benefícios nós poderemos citar dentro em pouco, quando entrar em funcionamento, e não será muito longo o tempo que nos separa desta realidade, a Faculdade de Medicina de Ponta Grossa, que vai atender a todo o interior paranaense.

O sr. Seme Scaff — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre sr. deputado Antônio Lopes Júnior, estou acompanhando com atenção o eloquente discurso pronunciado por V. Exa. e desejo associar-me às palavras proferidas por tão ilustre Deputado, com referência à administração dinâmica, digna, profícua e honrada do governador Paulo Pimentel. Seria uma injustiça de minha parte calar-me, quando V. Exa. cita diversas obras de alto vulto da administração Paulo Pimentel. A região que modestamente represento, nunca fora tão beneficiada como no Governo Paulo Pimentel. Para citar alguns exemplos a V. Exa., a cidade de Faxinal, sede de Comarca, com mais de 70 mil habitantes, com dois grupos escolares, até o ano passado ainda não tinha sequer um ginásio estadual. Por um projeto de nossa autoria, sancionado pelo governador Paulo Pimentel, hoje encontra-se em pleno funcionamento o Ginásio Estadual de Faxinal. Criou-se também, em Faxinal, a Escola Normal de ensino secundário. Funciona hoje a Escola Técnica de Comércio, Faxinal hoje, conta com unidades sanitárias, tudo no Governo Paulo Pimentel. Mais além, Marilândia do Sul, recebeu do Governo Paulo Pimentel, no decorrer deste ano, obras de vulto, como uma ligação asfáltica que deu o acesso de Marilândia à Rodovia do Café. Esta semana a Fundepar encaminhou a verba de 70 milhões de cruzeiros para a conclusão do Ginásio Estadual paralisado há mais dez anos. Na cidade de Kaloré criou-se também, um projeto de nossa autoria e com sanção do governador Paulo Pimentel, um Ginásio Estadual que já se encontra em pleno funcionamento no seu terceiro ano. Portanto, eu me associando a V. Exa. e me congratulo com o brilhante discurso, enaltecedor, mercedemente, a administração brilhante do Governo Paulo Pimentel.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Congratulo-me também com V. Exa., não apenas pelo fato de trazer ao conhecimento desta Casa este depoimento tão valioso, mas também por receber sua cidade e seu município tantos benefícios do Governo atual.

Mas prosseguindo, srs. Deputados, teremos que apresentar agora, e com muita justiça, de modo rápido como rápido está sendo processado este panorama restrito do muito que fez o Governo Paulo Pimentel, e em outras oportunidades outros srs. Deputados virão a esta tribuna cada um analisando especificamente os trabalhos de setores separados.

Mas, não poderíamos silenciar, diante desse trabalho gigantesco, extraordinário, que enaltece o governador Paulo Pimentel, e esta Casa, porque quero me referir à Saúde Pública, onde por dois longos anos estive à sua frente um nosso colega, deputado Arnaldo Busato. Quando assumiu a Secretaria haviam 120 unidades sanitárias e, ao deixar aquela Pasta, deixou mais 122 unidades sanitárias espalhadas nos 283 municípios, em pleno funcionamento e o que é mais importante, em benefício da saúde do povo. Quando S. Exa. assumiu a Secretaria, encontrou 3 laboratórios em funcionamento. Ao sair, funcionavam, como funcionam, 75 laboratórios. E nós vimos a sua campanha de vacinação em massa, de erradicação da varíola. O próprio Secretário em pessoa, deputado Arnaldo Busato e sua equipe, palmilharam o Estado do Paraná de ponta a ponta, desde as grandes cidades aos pequenos vilarejos, longínquos, distantes, e não obrigou ninguém, não forçou ninguém, mas pela sua palavra, pela sua presença, pelo seu entusiasmo, o próprio povo comparcia aos postos de vacinação, para o cumprimento da missão.

No Departamento de Edificações, nós vimos que, neste período foram construídas 995 obras e ainda existem 51 em andamento.

Este é o panorama rápido de uma administração sadia, que começou agora os últimos meses de sua administração.

Este é o panorama do Governo que realizou muito do que muitos governos anteriores juntos.

Este é o panorama de uma administração que ficou gravada não apenas na memória, mas nas obras realizadas por este Paraná afora.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Antônio Lopes Júnior, estamos ouvindo com muita

atenção a exposição que V. Exa. faz, com muito brilhantismo, dos trabalhos realizados pelo atual Governador do Estado.

Nada mais faz V. Exa. do que um adendo à exposição de S. Exa., nesta Casa, quando da apresentação do seu relatório, atendendo uma imposição constitucional.

Nobre Deputado, V. Exa. faz bem em proferir esses elogios à administração de S. Exa. Realmente nós podemos — porque cometeríamos uma injustiça — se não afirmássemos aqui que o Governador atual tem realizado uma boa administração. V. Exa. teve o cuidado de analisar minuciosamente, nos diversos setores, a administração estadual, no que se refere ao Banco do Estado, à energia elétrica, a telecomunicações, ao saneamento, à industrialização, à educação e à saúde; em todos esses setores, o atual Governo tem realizado muito, nestes quatro anos.

Entretanto, nobre Deputado, data vênio do brilhantismo com que V. Exa. fez essa exposição e do relatório que não temos condições de contestar, e que acreditamos ser exato, que acreditamos ser fiel, porque nem em pensamento poderíamos imaginar que S. Exa. trouxesse, para esta Casa, dados, em seu relatório, que não fossem apenas a exposição da verdade. Mas, permita-me, nobre Deputado, fazer algumas ressalvas com o que não concordamos quanto à apresentação do relatório, e que está em nossa frente, procuramos gritar para mostrar à Casa a nossa contestação a algumas assertivas apresentadas por S. Exa. Primeiro, diz o sr. Chefe do Executivo, ao ler sua Mensagem, que ressaltava a cooperação recebida do Poder Legislativo, e também das relações de independência do Poder Legislativo e do Poder Executivo, o que, realmente, não é a expressão da verdade. Lamentavelmente, este Poder não tem independência alguma.

Em segundo lugar, nobre Deputado, diz S. Exa., também em sua Mensagem: "Mesmo os que nos podem divergir, certamente nós faremos justiça, quando à isenção do uso do poder político que jamais foi posto a serviço de perseguição de qualquer natureza, nem de privilégios e favores a quem quer que seja". Também lamentamos não concordar com S. Exa. Seriam inúmeros, aqui, os exemplos que poderíamos trazer a esta Casa, de perseguição do Governo contra aqueles que não seguem a sua orientação; contra até humildes funcionários que precisaram impetrar mandado de segurança, a fim de verem seus direitos garantidos.

De outra parte, nobre Deputado, a introdução do calendário agrícola adaptado ao sistema estadual de ensino, não propalado no setor de educação, como a verdadeira descoberta, ou a descoberta do Século, gostaria de informar V. Exa., em que 1958 a 1960, quando em Londrina era Chefe do Executivo o sr. Antônio Fernandes Sobrinho e era Diretora do Departamento de Educação a professora Maria da Luz Pimpão Ferreira Caldas, líder incontestada da classe de professores e que durante a greve dos professores defendeu, intransigentemente, incondicionalmente a orientação do Governo, contra até sua própria classe e que hoje foi jogada às traças, marginalizada, foi e autora desse calendário agrícola, pela primeira vez colocado em prática no Paraná. Não foi, portanto, uma inovação deste Governo, mas uma cópia fiel do que já houve em Londrina em 1958 até 1962.

Em outra parte, uma ressalva, foi disciplinado o processo de remoção do pessoal do magistério, através de concurso, por decreto que, se não me falha a memória, está datado de 15 de novembro ou de outubro, mas que lamentavelmente não tem sido cumprido, porque as remoções continuam a ser feitas à vontade daqueles que seguem a orientação política do sr. Governador do Estado, cujos requerimentos não entram pelo protocolo, mas vão diretamente ao Chefe de Gabinete para que sejam lavradas as portarias de remoção.

Apenas, isso, sr. Deputado, essas as ressalvas que queríamos fazer, dizendo que realmente não temos nada a contestar contra os dados fornecidos quanto à administração que vem realizando o atual Governador, mas que lamentavelmente, não concordamos com alguns trechos de sua exposição, porque não representam a expressão da verdade.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa., meu ilustre e caro colega deputado Olavo Ferreira. Em primeiro lugar, quero agradecer a sinceridade de propósitos de V. Exa. quando não contesta as obras apresentadas no relatório. Devo dizer a V. Exa. e à Casa que essas obras eu não as relatei agora apenas pelo que ouvi da Mensagem, mas pelo que vi, como se diz comumente com meus próprios olhos. Visitando quase todo o Estado do Paraná como tenho visitado, tenho encontrado na minha frente a energia elétrica, a telecomunicação, as rodovias concluídas e a serem concluídas, prestes a serem concluídas, os grupos escolares nas casas escolares e assim por diante. Mas, sr. Deputado, problemas de independência, entendo que é um problema individual de cada um.

De minha parte, devo dizer que tudo que tenho feito, tem sido de minha própria e espontânea vontade.

Quando ao calendário escolar, nobre Deputado, só tenho de me congratular com V. Exa., que a esse tempo era vereador como eu fui, na minha cidade e eu respeito muito os vereadores, que deveriam formar uma escola parlamentar.

Todos os deputados deveriam ter sido vereadores antes para aqui comparecer com aquela tarimba necessária, porque é nas Câmaras de Vereadores, srs. Deputados, que se aprende o B-A-BÁ das legislações. E nas Câmaras que se debate, nas Comissões Técnicas com tanto rigor, com tanto entusiasmo e com tanto cuidado como em muitos Legislativos Estaduais e quem sabe até no Legislativo Federal não se discute e não se debate.

Congratulo-me com Londrina por ter sido pioneira na designação e na determinação do Calendário Escolar Agrícola. Mas, isto não tira o mérito do Governo do Estado ao determinar que isto seja adotado em todo Estado. Deve ser uma honra para Londrina, e deve-se enaltecer o Governo e a Secretaria de Educação e Cultura por fazerem com que outras cidades, outros Municípios que não haviam seguido o belo exemplo de Londrina, tivessem a oportunidade de fixar no solo o lavrador, fazendo com que o filho do lavrador não abandonassem as escolas no período da entre-safra.

Encerrando estas palavras, quero agradecer a atenção de todos os que me ouviram e da assistência também e dizer que, é com satisfação, que venho à tribuna para dar um depoimento pessoal a respeito das obras que realiza o sr. governador Paulo Pimentel em sua grandiosa gestão, em sua grandiosa administração.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria apenas de fazer uma ressalva. Atualmente tem havido uma constante preocupação, principalmente deste Governo, no desmerecimento do trabalho dos governadores anteriores. Parece que está sendo uma norma, quase uma praxe esta desvalorização daquilo que os anteriores governadores fizeram.

Nobre Deputado, posso ter minhas divergências no campo das idéias, mas sempre há o respeito e muito respeito ao trabalho, por mais humilde, de quem quer que seja porque o trabalho é digno e deve ser respeitado.

Temos verificado e V. Exa., por certo também tem verificado que o Governo anterior, do sr. Ney Braga, pegou o Estado em situação completamente diversa daquela que foi entregue ao governador Paulo Pimentel. Foram dois anos e meio difíceis. Com a casa desabada, desajustada e desorganizada, foi necessário o esforço de uma equipe a fim de que pudesse o Governo de então começar a trabalhar; todas as entidades, órgãos e autarquias que aí estão, foram criação do antigo Governo, que apresentou um trabalho de integração no Estado que jamais tivemos nos demais Governos e entregou numa situação privilegiada o Estado ao atual Governo. Deus queira, nobre Deputado. Deus queira que este Governo entregue o também ao próximo Governo, nas mesmas condições ou melhor se puder, mas se não puder melhor, pelo menos nas mesmas condições em que recebeu do ex-governador Ney Braga. É necessário, nobre Deputado, que haja um respeito ao trabalho dos Governos anteriores, e que não seja tônica mais de discursos ou de pronunciamentos nesta Casa, ou de relatórios que se fazem no Paraná, num desmerecimento total daquilo que se fez no passado, num esforço tão grande como está sendo feito no presente porque, todos estão dando, todos deram uma contribuição positiva e idealística para que este Estado seja respeitado por todos os demais Estados da Federação Brasileira. Este é um apelo que eu faço a V. Exa., a todos os demais pares e àqueles que porventura estiverem nos ouvindo, porque lamentavelmente há mais de um ano que a nossa palavra não chega mais através da imprensa ao povo; o porque não sei, não sei o que ocorre, não sei a explicação, nobre Deputado, talvez V. Exa. possa me explicar! Aqueles que não estão dentro da linha política do sr. governador, estão vetados na imprensa paranaense, e não têm sequer a sua palavra, os seus pensamentos, as suas idéias levadas como mensagem ao povo paranaense. Pelo menos aqui, nesta Casa, podemos expressar os nossos pensamentos a alguns que nos ouvem, e que talvez transmitam aqueles que não são informados através da imprensa, que gostariam que levássemos as nossas idéias não formuladas dentro do pensamento e orientação jurídica do atual Governo, mas as idéias próprias e independentes que sempre procuramos nortear nosso pensamento nesta Casa.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — V. Exa., dentre as palavras pronunciadas há pouco, disse uma grande verdade: — que não se pode desmerecer todos os Governos; exatamente, essa expressão é a expressão da verdade! Eu jamais desmereci quem quer que seja, e esta é a filosofia do atual governador Paulo Pimentel — de não desmerecer Governo algum.

Quero dizer a V. Exa., com toda sinceridade e franqueza d'alma, que o governador Bento Munhoz da Rocha, por exemplo, abriu estradas a picaretas, porque não havia máquinas, importava asfalto da Inglaterra e assim mesmo abriu estradas!

O governador Moyses Lupion, principalmente no seu primeiro Governo, foi o grande incentivador das escolas, dos ginásios, no imenso interior paranaense; que também o sr. governador Ney Braga realizou a sua obra, cada um a seu tempo e à sua oportunidade tem realizado alguma coisa, mas isso não quer dizer, sr. Deputado, que por sorte, não por felicidade do Paraná, por sorte dos nossos filhos Paulo Pimentel não tenha feito mais do que os outros! Graças a Deus fez mais que os outros porque o progresso de um Estado, de uma Nação, tem que ser numa progressão geométrica e a administração do sr. Paulo Pimentel é de uma progressão geométrica, para a frente, para a grandeza do Estado, para a tranquilidade do povo paranaense e, sobretudo, para o bem estar dos nossos filhos e dos nossos netos.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Muito agradável, nobre Deputado, porque V. Exa. interpretou fielmente o nosso pensamento, ele tinha que fazer mais, muito mais ainda do que dentro desta progressão geométrica, se outros governos não o fizeram foi porque lamentavelmente não puderam, pois tinham que restaurar suas casas. Ao passo que o sr. Paulo Pimentel não teve este obstáculo porque já encontrou a casa arrumada, assim tudo é lógico só poderia ter ficado mais fácil.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Mas mesma assim, temos que lutar a atitude do sr. Paulo Pimentel, porque mesmo tendo condições, poderia não fazê-lo, mas graças a Deus ele fez para o consólio dos nossos filhos e dos nossos netos.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado João Mansur.

O SR. JOAO MANSUR — Consulto V. Exa., sr. Presidente, quanto tempo resta para o término do expediente.

O SR. PRESIDENTE — Restam 13 minutos, nobre Deputado.

O SR. JOAO MANSUR — Então peço me considerar inscrito para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Procede o requerimento do nobre deputado João Mansur.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 33 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, lido da tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos já distribuídos aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 273-69, Mensagem Governamental n. 56-69, que objetiva transferir à Empresa Paranaense de Turismo "PARANATUR", os imóveis que especifica, de propriedade do Estado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI N. 273-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Empresa Paranaense de Turismo — **PARANATUR** —, os imóveis adiante especificados, de propriedade do Estado:

I — O imóvel denominado Hotel Casino, na Cidade de Foz do Iguaçu, com as seguintes divisas e confrontações: trata-se de um imóvel de forma trapezoidal com frente para as ruas José Bonifácio, D. Pedro II e Duque de Caxias, com área total aproximadamente de 15.600,00 metros quadrados constituído dos lotes 1, 2 e 3 da quadra 15, e 1, 2, 5 e 6 da quadra 15-A, e mais o trecho da Rua Belarmino de Mendonça, compreendida entre as ruas D. Pedro II e Duque de Caxias, contendo hotel com dois pavimentos, construído em alvenaria de tijolos, pelo Estado do Paraná e demais, benfeitorias existentes;

II — parte do imóvel denominado "Lagoa Dourada e Villa Velha", localizado no Município de Ponta Grossa, com as seguintes características e confrontações: trata-se de uma parte do imóvel denominado "Lagoa Dourada e Villa Velha", adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 17.901 da Comarca de Ponta Grossa, com área de 424,88 ha, confrontando pelo Norte, Leste e Oeste por uma linha seca, com terras do referido imóvel, ocupado pela Secretaria de Agricultura, e ao Sul pela BR-76 e o rio Guabiroba, contendo restaurante construído em alvenaria de tijolos, pelo Estado do Paraná, sanitários e benfeitorias existentes;

III — o imóvel denominado "Estância Hidromineral Santa Clara", na localidade denominada Cardói, Município de Guarapuava, com as seguintes divisas e confrontações: o imóvel é constituído de uma área de 121 hectares ou seja, cinquenta (50) alqueires de terras, constituída dos quilômetros n. 6-A e 6, e parte do quilômetro n. 6, da subdivisão judicial do imóvel denominado "Candói", situado no Distrito de Candói, desta Comarca, dentro de cuja área se encontra localizada a fonte de água mineral "Santa Clara", declarada de utilidade pública, para efeito da mesma desapropriação, pelo Decreto-Lei estadual n. 56, de 14 de agosto de 1.942, sendo que a área em causa está circunscrita pelas linhas seguintes: "ponto de partida principia à margem direita do rio Jordão, a 510 metros da barra do arroio das Águas, onde segue em linha reta com o rumo de 16-35'NE e 358 metros de distância; daí prossegue em linha reta com o rumo de 60-50' e 230 metros de cumprimento, onde alcança o arroio das Águas; segue por este até acima até o ponto situado a 400 metros, mais ou menos, acima de um salto; deste ponto segue em linha reta com o rumo verdadeiro de 89-08'SO e com 1.550 metros, mais ou menos, de cumprimento alcança a margem esquerda do arroio da Divisa; desce por este até sua Foz do Rio Jordão e sobe pela margem direita deste até o ponto de partida desta discriminação de limites, abrangendo a área aproximada de 121 hectares, contendo hotel com dois pavimentos construído em alvenaria de tijolos pelo Estado do Paraná e demais benfeitorias existentes;

IV — o imóvel situado à rua Presidente Carlos Cavalcanti, número 1.85, esquina com a rua João Manoel, nesta Capital, com as seguintes especificações:

a) — terreno Carta de Data, com 24,00 metros, mais ou menos, de frente para a rua Presidente Carlos Cavalcanti, desta cidade, seguindo o alinhamento definitivo da rua João Manoel na esquina da qual está situado, tendo nesta última uma frente de 51,52 metros e que correspondem aos fundos da primeira face já descrita, dividindo de um lado com terreno dos mesmos vendedores e de outro com propriedade da viúva do Vicente Dedenício e herdeiros de Kuno Klemann; neste lado o terreno vem em linha reta, partindo da frente da rua Presidente Carlos Carlos Cavalcanti, numa distância de 29,60 metros, abrangendo para a esquerda numa linha de 8,00 metros e daí novamente em linha reta para cima até a divisão com o terreno dos vendedores, com a área total de 1.291 metros quadrados, mais ou menos, contendo uma casa residencial, de alvenaria, com três pavimentos, sob o n. 1.137 da rua Presidente Carlos Cavalcanti;

b) — lote de terreno Carta de Data com a designação de A-1, e parte do lote D-3, da quadra n. A-22, com 16 metros de frente, mais ou menos, de frente para a rua João Manoel, nesta cidade, por 60,00 metros, mais ou menos de fundos, com a área total de 333,60 metros quadrados aproximadamente, sem benfeitorias, dividindo de um lado com o terreno acima, de outro com Luiz Antônio de Souza Filho, Afonso de Loyola e Silva Filho, Vicente de Barros Lemos e Menotti Ceprilhone e pelos fundos com herdeiros de Kuno Klemann.

Art. 2.º — A transferência de imóveis de que trata a presente lei, será procedida a título de integralização de subscrição por parte do Estado do Paraná do capital da Empresa Paranaense de Turismo — **PARANATUR**, após prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades constantes da legislação específica.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n. 4.389, de 30 de junho de 1.961 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 1.970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente; Olivir Gabardo — Relator; Roberto Galvão

Redação Final — do Projeto de Lei n. 242-69, que autoriza a Comemoração do Centenário da Imigração Polonesa para o Paraná cuja efeméride se dará a 29 de novembro de 1.971. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 242-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a comemorar o Centenário da Imigração Polonesa para o Paraná, cuja efeméride dar-se-á a 29 de novembro de 1.971.

Parágrafo Único — O Poder Executivo designará comissão para elaborar o programa e desenvolver ampla campanha de divulgação sobre a contribuição da etnia polonesa ao Estado do Paraná, sendo que os membros da referida comissão desenvolverão seus trabalhos sem ônus para os cofres públicos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de janeiro de 1.970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente; Agnaldo Pereira Lima — Relator

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 116-69, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, autorizando o Poder Executivo firmar através do D.E.R., convênio com as Prefeituras Municipais de Jacarezinho e Cambará, para execução dos serviços de pavimentação asfáltica da estrada que liga as duas cidades. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 31-69, de autoria do dep. Paulo Poli, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria as estradas que liga Marechal Cândido Rondon até o Rio Iguaçu, passando por Mercedes, e a outra, Arroio Guaguá, passando por Nova Três Passos. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 22-69, de autoria do dep. Abraão Miguel, transferindo ao D.E.R. para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Mandaguari à Astorga, numa extensão de 30 (trinta) quilômetros. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 22-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — E o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Mandaguari ao de Astorga, numa extensão de 30 (trinta) quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.969.

aa) Jorge Sato, Abraão Miguel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 22-69

1 — Pretende-se com o presente Plano de Lei seja o Poder Executivo autorizado a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação, a estrada que liga Mandaguari a Astorga;

2 — O Projeto de Lei, "data venia", não fere nenhum dispositivo constitucional, motivo pelo qual, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1.969.

aa) Emílio Carazzani — Presidente; Antônio Lopes Júnior — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei n. 22-69

1 — Como o Projeto de Lei é de caráter autorizatório, no sentido de que se transfira ao D.E.R., para efeito de conservação a estrada que liga Mandaguari a Astorga.

2 — Como não fere nenhum dispositivo constitucional, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em...

aa) Arthur de Souza, Haroldo Bianchi

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 22-69

Entendemos que a iniciativa do nobre deputado Abraão Miguel, que visa transferir ao Departamento de Estrada de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Mandaguari e Astorga, não vem gerar despesas, visto existir no Orçamento Geral do Estado, verba própria para atendimento de rodovias.

Assim sendo, não encontramos na presente proposição, qualquer impedimento de ordem financeira, e nosso parecer é pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de janeiro de 1.970

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente, Eurico Rosas — Relator

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 270-69, de autoria do dep. Erondy Silvério, declarando de Utilidade Pública a Fundação de Estudos Sociais do Paraná — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 270-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a "Fundação de Estudos Sociais do Paraná", com sede na cidade de Curitiba, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.969.

a) Erondy Silvério

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 270-69

1) — O presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Erondy Silvério, visa declarar de utilidade pública a Fundação de Estudos Sociais do Paraná, com sede nesta Capital.

2) — O projeto vem articulado e devidamente justificado na forma estabelecida pelo Regimento Interno, e mais, o processo respectivo plenamente instruído.

3) — Por outro lado, referida Proposição não fere qualquer dispositivo, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Em tais condições, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de janeiro de 1.970

aa) Sílvio Barros — Presidente, Ivo Tomazoni — Relator, Luiz Renato Matucelli

Discussão Única — da Proposição n. 846-67 — Ofício n. 39-67, da Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck, encaminhando abaixo assinados de moradores do Município de Japira, solicitando a realização do plebiscito — Parecer contrário da C.C.J. — Aprovado o parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 846-67

PARECER

1º — A presente proposição contém ofício da Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck, encaminhando abaixo assinado de moradores do Município de Japira, no qual solicitam aprovação de plebiscito para que as localidades de Ribeirão do Justo, Santa Rosa dos Jardins, Serra Feia, Fazenda Santos Reis, Fazenda Solidão e Ribeirão das Pedras passem a integrar o Município de Conselheiro Mairinck.

2) — Acontece que, na conformidade da legislação vigente, semelhante matéria não mais é da competência desta Casa, de vez que depende de ato do Exmo Sr. Presidente da República.

3) — Face ao exposto, s.m.j., opinamos pela rejeição da mesma.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1.969

aa) Emílio Carazzani — Presidente, Abraão Miguel — Relator, Haroldo Bianchi, Ivo Tomazoni

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência indica os nomes dos srs. deputados Luiz Cruz e Paulo Poli para comporem a Comissão que irá representar a Assembléia Legislativa na Feira Agro-Ecuarária a realizar-se em Londrina, nos dias 1 a 12 do corrente mês.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, hoje, do 19.º aniversário da Rádio Cultura do Paraná — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao prefeito Omar Sabbag, pelo transcurso do aniversário de sua administração — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando transcrição nos Anais, da palestra proferida pelo general José Campos de Aragão, comandante da 5a. Região Militar. — Apro-

vado. (A palestra a ser transcrita acha-se contida no final desta Ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, em data de hoje, do 24.º aniversário do 5.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, desta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 266-69.

— Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando voto de jubilo pelo transcurso do septuagésimo aniversário da cidade de Jacarezinho. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 162-69;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 31-69;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 22-69, 270-69;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 266-69, 269-69;

Discussão Única — da Proposição n. 720-67.

Levanta-se a sessão.

(PALESTRA PROFERIDA PELO GENERAL JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO, COMANDANTE DA 5ª. REGIÃO MILITAR, CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PAULO POLI, NA SESSÃO DO DIA 3 DE ABRIL DE 1.970)

SEXTO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964

— Que são seis anos de um evento que não fixou a si mesmo qualquer prazo de duração? Apenas uma fração de tempo do calendário e que, logicamente, merece as comemorações condignas no dia em que se deu esse acontecimento, que é um marco decisivo na formação histórica de um povo.

Estamos convictos de que, em sua consciência, os verdadeiros patriotas compreendem que, indiscutivelmente, a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964 foi para nós, e quiza, para os países sul-americanos, o "fato do século", pela importância de que o mesmo se revestiu.

Esse redentor Movimento salvou-nos das garras iminentes do Comunismo ateu e materialista. Assim, justificam-se as comemorações do sexto aniversário da Revolução, já que é um acontecimento histórico do mais alto significado para a preservação dos direitos do homem e das liberdades democráticas, neste outro lado do mundo.

Enganam-se os que por má fé, egoísmo, falta de patriotismo, ou por interesse excusos, não acreditam que a Revolução em marcha se assenta em princípios, e tem objetivos definidos, cuja colimação dependem, evidentemente, de fatores múltiplos de caráter conjuntural, sobretudo, mas que jamais serão postergados por aqueles responsáveis de agora, e que crêm obstinadamente nas ilusórias possibilidades que temos de, em breve, poderemos conduzir o BRASIL, aos privilegiado lugar a que tem direito de aspirar no seio das Nações cultas e civilizadas.

Tudo, pois, está na dependência da reformulação da mentalidade brasileira, por forma a que esta mentalidade baseada naqueles princípios e objetivos, consubstancie reformas estruturais corajosas e indispensáveis ao nosso desenvolvimento, e a um consequente progresso, que traga o bem estar sócio-econômico sonhado por todos nos para o povo de nossa terra.

Contudo, é preciso que não sejam só as Forças Armadas, mas também as elites brasileiras os catalisadores dessa nova mentalidade, no espírito de nosso povo, e que procure a imprescindível institucionalização da Revolução, de forma a que, em pouco, por meio de uma sã harmonia, possamos chegar à inteira normalização da vida brasileira, dentro das amplias franquias democráticas, e de uma liberdade com responsabilidade correlata que seja a garantia de que não voltaremos mais aos dias que tanto comprometeram as páginas de nossa História, ante a prática conveniente de certos Governos, acobertando e estimulando atos nefandos de subversão e de corrupção.

Os três Governos da Revolução, podem ser, pela boa fé, tolerância, probidade e realizações, apontados como os mais profícuos e eficientes da história da República. Nenhuma dúvida tmos de que se um exame imparcial for feito, em profundidade, chegar-se-á a essas conclusões irrefragáveis.

Não convém esquecermos que os dias que antecederam 31 de Março de 1.964 foram de angústias e sofrimentos para o povo brasileiro, que via no desastroso governo do Sr. João Goulart a convivência acovardada, que aceitava a corrupção ostensiva e a nossa submissão ao totalitarismo russo.

A inconsequente República Sindicalista, sonhada por aquele Presidente, já tinha data marcada para o seu início. Era, assim, o próprio Governo que engendrava a perda de nossas liberdades, e o estrangulamento do regime democrático, em nosso País, não suportaria o povo brasileiro, estamos certos, que a nossa Pátria fosse atrelada ao jugo de um totalitarismo, acorreada às influências do Comunismo russo ou chinês.

A índole, e, sobretudo, a formação cristã de nossa gente não suportariam essa exótica e repugnante transformação desejada por meus brasileiros e apátridas.

Um dos grandes desideratos da Revolução em marcha é dar consciência a todos de que os interesses nacionais devem parar acima de todos os interesses pessoais ou de grupos, intelectualmente, nos governos que antecederam a Revolução, isso era incriminavelmente violentado.

São os princípios morais que devem sobrepor-se a tudo. Os líderes só podem valer enquanto se mantiverem fiéis a esse primado básico, único capaz de granjear o respeito, e aglutinar o povo. Foi por não se comportarem dentro dessa ética que vimos o ajuntamento de falsos ídolos que não se afinavam com tão elevados propósitos traçados pela Revolução. Essa insistência com que vemos alguns irreverentes brasileiros, de novo, tentarem espalhar a desgraça em nosso país, isto é, a morte cruel e covarde de indefesos cidadãos, seja nos assaltos armados para roubar Bancos, ou nas demais modalidades de sabotagem ou de terrorismo, está provado, vem obedecendo a um planejamento reformulado em Cuba, na China ou na Rússia, que visa, em última instância, a etapa preparatória para tomada do Poder, por meios violentos, ainda há pouco desconhecidos, da pacata gente brasileira.

A cada a essas celerados tem sido um capítulo sombrio; vem custando vidas preciosas de valerosos soldados da Lei e da Ordem, que não hesitam, um momento sequer, em se sacrificar pela Democracia em nossa terra.

A Nação não tem dúvidas da farsa daqueles que querem destruir nossas

instituições, e mais do que isso, levar-nos à situação vexatória da perda de nossa autodeterminação, como aconteceu a todos os países pisados pelo tacão da bota do imperialismo soviético.

É inacreditável que não haja sensibilidade por parte desses marginais repugnantes ante o esforço hercúleo dos governos revolucionários na procura de debelar a inflação que herdou de governos desatinados e demagógicos, e na busca da solução de angustiantes problemas, e que tiraram melhores dias para as condições sócio-econômicas de nosso povo.

A esses inconsequentes e covardes malfetores, a única coisa que interessa é o caos, a fim de que, com sua insólita traição, possam, como verdadeiros Judas, entregar a Pátria em que nasceram, à estigmatização comunista.

É oportuno que, nesse momento em que dialogamos com o povo destes pujantes e promissores Estados da Federação, — Paraná e Santa Catarina — façamos um retrospecto, à luz dos dados estatísticos, das grandes realizações dos governos da Revolução.

Antes de 31 de Março de 1964 estávamos habituados a viver sendo vítimas de uma demagogia vicinada e criminosa, em que governos se valiam de fórmulas incompetentes, encontradas através do engodo de uma inflação galopante, para realizações extemporâneas e não condizentes com a realidade brasileira, mas que iludiam a opinião pública.

Obras suntuosas e incúrias minavam, cada vez mais, as nossas depauperadas finanças.

A Revolução acabou com essa farsa. Assim, todas as medidas postas em prática visavam, e ainda visam o soerguimento de uma política econômica e administrativa que não se assenta em falsas bases. A arrancada para o desenvolvimento é um desafio que, não temos dúvida, será vencido pelos governos da Revolução, isto é, o presente e os que hão de, inexoravelmente, se seguirem.

O pensamento claro e elevado de S. Exa., o Presidente Médici, está aí materializando em suas mensagens, nas quais pede a contribuição de todos, através de estudos, sugestões e processos que possam ser úteis ao encontro de soluções para os problemas básicos que nos afligem. Não ignoramos que outras nações jovens, como a nossa, viveram e vivem algumas, ainda, esse drama da procura do bem estar sócio-econômico que só poderá ser atingido com sacrifício e compreensão sadia do próprio povo.

Sabemos que seis anos após a vitória da Revolução já são irrefutáveis os objetivos atingidos pela mesma mas muitos outros teremos ainda de atingir "a posteriori" se tivermos a clarividência de não nos desvanecermos nas conquistas iniciais, e prosseguirmos na senda certa dos postulados da Revolução e se esta contar, como até agora tem contado, com a alta compreensão de todos os verdadeiros brasileiros, seja do campo, seja da cidade enfim, de todos, civis e militares em autêntica e sincera comunhão de pensamentos.

Em dois oportunos e atualizados trabalhos, o Ministério do Planejamento destaca no período de 1964-69, as dez grandes realizações nacionais:

1a. — Continuidade e racionalização da política de desenvolvimento: — elevação de 6 a 7% da taxa anual de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e a redução da ordem de 100% para 20% da taxa de inflação, afóra a correção de graves distorções na economia, na área de crensa e externa, e aumento de 30% do nível de emprego industrial, e a elevação substancial de taxa de poupança e investimento global.

2a. — Aumento da eficiência do setor público e de reversão da tendência à estatização observada antes de 1964: — o déficit do Tesouro, cuja participação no PIB havia ultrapassado de 5% em 1963, acha-se atualmente em nível inferior a 1%; institucionalizou-se um mecanismo permanente de planejamento e orçamento, e a Reforma Administrativa partindo da área federal, deverá alcançar outras esferas de Governo.

3a. — Consolidação e exiguidade de um sistema econômico misto, de Governo de iniciativa privada: — fortalecimento da empresa privada: — principalmente nacional, a fim de assegurar-lhe condições de expansão satisfatória, nos setores em que melhor funciona o sistema de mercado.

4a. — Consolidação do maior parque industrial da América Latina localizado na região Centro-Sul: — implantação de núcleos integrados de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento industrial, novos projetos de complexos petroquímicos em instalação, que absorverão um investimento acima de NCr\$ 4.600 milhões, muito superior ao investimento de implantação da indústria automobilística, na década anterior.

5a. — Consolidação de uma forte estrutura educacional, científica e industrial: — entre 1963 e 1968, o total de matrículas quase dobrou no ensino médio (aumento de 80%) e mais que dobrou, no ensino superior (aumento de 11%); o Brasil gasta, atualmente, cerca de NCr\$ 4.000 milhões no seu programa educacional, a participação dos dispêndios em Educação no PIB já alcança 5%, o dobro do que era em 1969.

6a. — Execução de programas de grande vulto na infraestrutura de Energia, Transportes e Comunicações: — entre 1963 e 1968, a nossa rede de rodovias pavimentadas aumentou de 50%; a tonelagem produzida na indústria de construção naval de 300%, a capacidade instalada de energia elétrica de 40% e a produção de petróleo de 60%. Atualmente o Brasil está realizando investimen-

tos anuais, em projetos prioritários, da ordem de NCr\$ 2.500 milhões; em Energia Elétrica NCr\$ 1.300 milhões em Petróleo, NCr\$ 2.350 milhões em Transportes e NCr\$ 500 milhões em Comunicações.

7a. — Desenvolvimento de regiões, problemas (Nordeste Amazônia): — Incentivos fiscais e transferências orçamentárias que atingem: por ano, a ordem de NCr\$ 3.400 milhões, ou seja, aproximadamente 140% do total do financiamento externo líquido concedido à América Latina, em 1967, pelo conjunto de todas as instituições financeiras internacionais.

8a. — Progresso substancial na execução dos planos de desenvolvimento das grandes áreas metropolitanas, notadamente o Grande São Paulo e o Grande Rio.

9a. — Implementação da política de desenvolvimento social, o Plano Nacional de Habitação, através do seu sistema nacional para financiamento de casa própria aos assalariados, significa a construção anual de cerca de 200.000 residências, correspondendo a um investimento da ordem de NCr\$ 3.000 milhões, assim como à geração de 150.000 a 200.000 novos empregos.

10a. — No setor externo: — elevação das reservas brutas do Brasil, de US\$ 320 milhões, em 1963, para o nível atual de US\$ 1.100 milhões; as exportações de mercadorias (FOB), no mesmo período, elevaram-se de US\$ 1.400 milhões para mais de US\$ 2.000 milhões. A cooperação financeira externa, em termos líquidos, não foi de considerável significação quantitativa: o déficit médio na conta corrente do balanço de pagamento no período de 1964-1968, foi de US\$ 90 milhões, significando que a poupança interna financiou em percentagem muito elevada o investimento total realizado.

Eis aí, Srs. telespectadores-concomitantes com o esforço governamental no setor de Segurança — as Dez Grandes Realizações Nacionais, com dados estatísticos e números que os derrotistas, os revanchistas, os corruptos, os subversivos — enfim, toda essa gana de maus brasileiros não poderá negar, já que são visíveis os empreendimentos realizados pela Revolução Democrática de 31 de Março de 1964.

— E o futuro o que reserva para o nosso Brasil? O nosso futuro é, hoje, um futuro grandioso, pleno de certeza e, não mais apenas esperanças, no rumo certo do desenvolvimento tão almejado e que nos permitirá, mercê de Deus, transmitir a nossos filhos uma Pátria livre, forte e respeitada no concerto das demais Nações do mundo.

PORTARIA N. 178-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1345, de 23 de março de 1970, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Maximínio Cardoso, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 1.º de abril de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 179-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1339, de 23 de março de 1970, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar a Portaria n. 518-69 de 29 de dezembro de 1969, a parte que se refere a Alceu Alves Passos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ficando as férias concedidas pela citada portaria para serem gozadas em épocas oportuna.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 180-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1378, de 24 de março de 1970, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Maria Leonilda Rocha, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1970, a partir de 30 de março de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de abril de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 181-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1080, de 4 de março de 1970, deste Poder,

R E S O L V E:

colocar a disposição da ARENA, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Paulo Camargo, o funcionário Osmar Luiz Delagassa Passos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de abril de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral